

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA: LUTAS E RESISTÊNCIAS NO TERRITÓRIO PAE JURUTI – VELHO/PA

Kéurya Santarém da Silva¹
Charlene Maria Muniz da Silva²

Resumo

Este estudo versa sobre os processos a feitos aos territórios, às territorialidades, às lutas e resistências no território do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti – Velho (PAE Juruti - Velho/PA), na Amazônia brasileira ante a exploração minerária em larga escala. O objetivo neste estudo foi compreender as relações tecidas na organização de comunidades tradicionais nas lutas e resistências ante a presença da empresa minerária em grande escala em uma comunidade do território do PAE Juruti - Velho do Município de Juruti/Pará. Para coleta de dados utilizou-se da abordagem qualitativa. Contribuíram diretamente nesta pesquisa dez comunitários todos membros da Associação das comunidades da Região de Juruti-Velho (ACORJUVE). Utilizou-se como instrumento para coleta de dados entrevistas abertas com o uso de questionários que pudessem assegurar as análises dos resultados. Constatou-se que os territórios e as territorialidades de comunidades tradicionais amazônicas são singulares, sendo capitado num contínuo movimento de conflitos de interesses. As comunidades tradicionais do território e sua forma de organização coletiva, social e política são as principais protagonistas nas lutas e nas resistências em defesa dos territórios. Conclui-se que se faz necessário, a necessidade de comunidades tradicionais se manterem organizados coletivamente numa resistência ativa para continuar ocupando e usando seus territórios de modo sustentável e como meio de subsistência, enfrentando o avanço do capital minerário em detrimento das comunidades, das florestas, das águas, os seres ambientais existentes no território.

Palavras-chave: Território, Territorialidade, Comunidade Tradicionais, Mineração na Amazônia.

Abstract

This study deals with the processes done to territories, territorialities, struggles and resistance in the territory of the PAE Juruti-Velho/PA, in the Brazilian Amazon in the face of large-scale mining exploration. The objective of this study was to understand the relationships established in the organization, struggles and resistance between mining exploration and traditional community members in a community in the territory of the PAE Juruti - Velho in the Municipality of Juruti/Pará in the face of the presence of the mining company on a large scale. For data collection, a qualitative approach was used. Ten community members of the Association of communities in the Juruti-Velho Region (ACORJUVE) directly contributed to this research. Open interviews were used as an instrument for data collection using questionnaires that could ensure the analysis of the results. It was found that the territories and territorialities of traditional Amazonian communities are unique, being captured in a continuous movement of conflicts of interest. The traditional communities of the territory and their form of collective, social and political organization are the main protagonists in the struggles and resistance in defense of the territories. It is concluded that it is necessary, the need for traditional communities to remain collectively organized in an active resistance to continue occupying and

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas.

² Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Professora Adjunta do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas.

using their territories in a sustainable way and as a means of subsistence, facing the advance of mining capital to the detriment of communities, forests, of the waters, the environmental beings existing in the territory.

Keywords: Territory, Territoriality, Traditional Communities, Mining in the Amazon.

INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre os processos afeitos aos territórios, às territorialidades, às lutas e resistências no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE Juruti – Velho/PA) na Amazônia brasileira ante a exploração minerária em larga escala. O estudo emerge da compreensão de que se faz necessário as lutas e as resistências de comunidades tradicionais amazônicas como instrumento de defesa da permanência e uso de seus territórios contra o avanço da exploração minerária.

O interesse por esse tema se intensificou durante a minha trajetória acadêmica no curso de Geografia, onde tive oportunidade de desenvolver prática de campo em comunidade paraense de Juruti – Velho, município de Juruti/PA. Para tanto, a temática investigada é pertinente, porém, pouco explorada. Isto porque é fortemente presente a concorrência pelo uso dos Territórios e as territorialidades na Amazônia brasileira para a constituição dessa categoria como recurso de exploração pelas empresas contra os direitos de comunidades tradicionais para manter as pessoas distantes das reais constituições de território como um direito de abrigo dos indivíduos o que se configura em uma forte relação social de força e poder entre empresa minerária e comunidades tradicionais dos territórios e territorialidades.

E diante de uma empresa que se instala tão de repente em nome do desenvolvimento e do progresso pondo em risco a vida dos povos tradicionais, Territórios e territorialidades na Amazônia: lutas e resistências das comunidades do território do PAE Juruti-Velho é uma problemática que me instiga desde quando iniciei o curso de licenciatura em geografia e esta problematização se faz presente na minha vida comunitária e isto se torna um desafio importante para compreendermos as lutas e resistências das comunidades tradicionais do território. A relevância da temática nesse contexto é fundamental para que os sujeitos envolvidos diante dessa realidade se percebam e reconheçam como sujeitos do mundo produtores e transformadores de suas próprias histórias. O estudo é pertinente por trazer possibilidades de vislumbrar a forma de organização de movimentos sociais e ocupação no espaço geográfico nas lutas e resistências, relações de poder, relações sociais e os impactos

diretos sobre os territórios e territorialidades em relação a exploração minerária em grande escala no território das comunidades tradicionais para os debates geográficos.

E como se trata de produções sociais e culturais humanas, ante ao modo de produção da sociedade capitalista que permite aos indivíduos transformar a natureza e a realidade circundante, é necessário ampliar o entendimento sobre o conhecimento do que seja os territórios e as territorialidade tradicionais amazônicas em constante transformação, para tanto, é preciso que nos situemos na sociedade qual seja a ela a capitalista.

Neste sentido, o estudo buscou compreender as relações tecidas na organização de comunidades tradicionais nas lutas e resistências ante a presença da empresa minerária em grande escala em uma comunidade do território do PAE Juruti - Velho do Município de Juruti/Pará.

Para responder a esta questão problemática, elencaram-se as seguintes questões norteadoras, a saber: Como se articulam as relações na organização, lutas e resistências entre comunitários (as) tradicionais e exploração minerária em uma comunidade do território do PAE Juruti - Velho do Município de Juruti/Pará? Como as relações na organização, lutas e resistências são mantidas entre os comunitários (as) tradicionais na defesa de garantia do direito a permanência no território ante a exploração minerária no território do PAE Juruti - Velho do Município de Juruti/Pará? Quais as implicações para o modo de vida, a cultura, e a própria sobrevivência entre as relações dos modos de produção minerária na vida dos comunitários (as) do Território do PAE Juruti - Velho do Município de Juruti/Pará?

Tendo em vista responder as questões ora mencionadas, elaborou-se os seguintes objetivos específicos, quais sejam: 1) investigar como se articulam as relações na organização, lutas e resistências entre comunitários (as) tradicionais e exploração minerária em uma comunidade do território do PAE Juruti - Velho do Município de Juruti/Pará; 2) verificar como as relações na organização, lutas e resistências são mantidas entre os comunitários (as) tradicionais na defesa de garantia do direito a permanência no território entre exploração minerária no território do PAE Juruti - Velho do Município de Juruti/Pará; 3) analisar as implicações para os modos de vida, a cultura, a própria sobrevivência entre os modos de produção minerária na vida dos comunitários e comunitárias do Território do PAE Juruti - Velho do Município de Juruti/Pará.

O estudo da temática teve como base os estudos desenvolvidos por Raffestin (1993), Souza (2010), Saquet e Sposito (2009), Fernandes (2008) dentre outros, que nos ajudam a

entender territórios e territorialidades na Amazônia, os modos de ocupação e seus usos no cotidiano na vida dos indivíduos.

Para melhor expor os resultados deste trabalho, o mesmo está organizado em três tópicos, a saber: referencial teórico, metodologia, análise e sistematização dos resultados/discussão.

CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NOS DEBATES GEOGRÁFICOS

Territórios e territorialidades na Amazônia: Lutas e Resistências no território do PAE Juruti – Velho/PA, é caracterizado por um campo sucessivo de múltiplas relações sociais, lutas, resistências e poder, pelo qual o sujeito vivência ao defender o território e as territorialidades produzidos e transformado pela exploração minerária de bauxita e por outro lado, pela maneira que os comunitários ocupam, usam e defendem seus territórios. A partir dessa premissa, é necessário desenvolver uma análise crítica e reflexiva das distintas relações sociais de poder, de conflitualidades entre organização das comunidades tradicionais em defesa de seus territórios e enfrentamento ante a presença da atividade minerária de bauxita no território do PAE Juruti- Velho/PA. Por isso é fundamental pensar e compreender territórios e territorialidades nos debates geográficos para saber como essas categorias são construídas ou constituídas, no entanto essa compreensão precisa estar ancorada nos teóricos que se dedicam nestas categorias específica da geografia. Raffestin (1993, p. 143) ao estabelecer uma diferença entre as categorias espaço e território afirma que:

“O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”.

Para o autor, o espaço vem primeiro. O território se forma a partir de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa, assim produzem e reproduzem relações de poder.

Ainda Raffestin, (1993 p.144) “o território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Nota-se que nessa perspectiva, os territórios são relações de poder. Isso significa exatamente que nos territórios

haverá indivíduos, grupos de indivíduos exercendo poder sobre outros indivíduos ou sobre grupos subdivididos. Souza (2010, p. 88), numa discussão sobre o assunto corrobora com a concepção de que:

“O que define o território é em primeiríssimo lugar o poder. Ou em outras palavras, o que determina o perfil do conceito é a dimensão política das relações sociais, compreendendo essa dimensão no sentido amplo do político, e não no sentido da política”.

Segundo o autor, a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) são relevantes e são contempladas ao se lidar com o conceito de território. Desse modo, esses aspectos são importantes para compreendermos a gênese do território como categoria de relações de interesses, de disputas. O mesmo autor analisando o conceito dessa categoria e alguns seus entendidos, esclarece que “diversamente do substrato, os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim campos de força” (SOUZA, 1995, p. 97), que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções especializadas.

Para o autor supracitado, ele considera e ao mesmo tempo esclarece que as motivações para se conquistar ou defender um território podem ser fortemente ou até primariamente de cunho cultural ou econômico. Ainda fundamentado em Souza (2010), os campos de força que são os territórios, de um lado e a materialidade que lhes serve de referência (suporte) de outro, é cristalina de tal sorte que aventar qualquer hipótese de desvinculação entre o território e o substrato não passaria de um rematado disparate. Partindo da concepção do autor de que os territórios são campos de força entre interesses antagônicos vemos como necessário para compreendermos as múltiplas relações sociais e conflitos de interesses presente no território do PAE Juruti - Velho.

Tratando das territorialidades rurais no Município de Parintins Santos [et. Al.] (2018, p. 11) afirmam que “territorialidade tem a ver com a apropriação e o uso do território pelos grupos societários a ele vinculados”. Desse modo, percebemos como os comunitários do PAE Juruti-Velho utilizam seus territórios de diversas formas, seja pelo extrativismo vegetal como sustento das famílias, pela agricultura familiar, seja pela caça e pesca, criação de animais e por outro lado a atividade minerária.

Quanto a estudos realizados sobre o entendimento dessa temática Saquet e Sposito (2009) entendem o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Para os autores, na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e

subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas que se revelam na construção de *malhas, nós e redes* construindo o território. Nessa mesma página os autores enfatizam que “o território é o conteúdo das formas e relações materiais e imateriais, do movimento, e significa apropriação e dominação, também material e imaterial, em manchas e redes”. E ainda, afirmam que:

[...] A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (Saquet e Sposito, 2009, p. 90).

Assim, os diferentes acontecimentos da vida humana em diversos momentos, podem ser postos em evidência para compreendermos as relações sociais cotidianas no mundo ante a realidade que a cerca. Ainda, Saquet e Sposito (2009, p. 88) defendem que:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

Conhecer os territórios e as territorialidades, no entanto, nos remete impreterivelmente a uma busca de seus significados o que se exige uma leitura do espaço ou um olhar espacial afim de descortinar horizontes. Em se tratando da referência da geograficidade como compreensão dos territórios Fernandes (apud Santos 2002, p. 9) destacam que:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Partimos do olhar de que há necessidade de conhecer os territórios, as ações e relações humanas tecidas, as tramas da vida cotidiana, as conflitualidades, as lutas, existências e resistências de indivíduos e grupos humanos nesse lugar. Desse modo, entendemos que o indivíduo é um ser determinado e situado pelas condições históricas e sociais no território, entretanto, não faz nenhum sentido compreender o indivíduo humano, ou os grupos humanos fora do contexto das relações sociais, dos modos de produção e da sociedade que está inserido

(a sociedade capitalista) assim como também não faz nenhum sentido compreender o homem fora do contexto geográfico como produtor do espaço, é preciso que esse sujeito se situe na sociedade em que vive. Conforme Fernandes (2008, p. 3) “nos transterritórios, além dos espaços de governança, há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade”.

A visão do autor vai ao encontro do que vem acontecendo no território do PAE Juruti-Velho em que há disputa pelo território decorrente a presença da atividade minerária de bauxita em larga escala na propriedade comunitária onde descontentamento e conflitualidades podem ser desvelados e desmistificados. Contribuindo com mesma leitura dos tipos de territórios o autor afirma que:

O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios, passam a ser disputados (FERNANDES, 2008, p. 4).

No caso do território do PAE Juruti-Velho a disputa é pela defesa da terra, das florestas, das águas, dos seres ambientais existentes no território, a proteção à vida das comunidades, de suas íntimas relações e correlações construídas uma com as outras há centenas de anos, as crenças, os costumes, os saberes, a relação com a natureza, a cultura, os seres humanos. O direito a permanência no território, ou seja, as lutas e as resistências é pôr direito a existência e subsistência já que se trata de uma atividade capitalista extremamente danosa e degradante ao ambiente. Assim, a organização das comunidades representada pela Associação das Comunidades da Região de Juruti-Velho- ACORJUVE, representante legítima do território, nesse sentido, assume um papel soberano, por isso luta e resiste ante todo tipo de exploração que venha na contramão dos direitos e interesses dos trabalhadores (as) do território, portanto, é, de significação, as relações e correlações sociais estabelecidas nessa forma de organização como forma de resistência ativa e coletiva.

Acorjuve: lutas e resistências de comunidades tradicionais para proteger seus territórios

Como vimos discutindo neste referencial teórico, os territórios e as territorialidades são relações de poder, construídos nas múltiplas relações e correlações estabelecidas, pelos quais são palcos de disputas, onde se estabelecem normas, regras, leis pelo indivíduo ou grupos de indivíduos no sentido de apropriar-se e utilizá-los. Percebe-se que os territórios são móveis,

eles se transformam constantemente pelas ações humanas, não são tangíveis e palpáveis. Isso significa dizer que estamos lidando com realidades não em estancos e dentro destas relações também se verifica o protagonismo dos movimentos sociais e suas distintas formas de organização no espaço. É o que se conceitua nos estudos de vários teóricos realizados por Hauradou, (2022 p. 128),

Os movimentos sociais além de suas formas e organizações estão constituídos por espaços com territórios estabelecidos e muitas das vezes conflitantes. O conceito de movimento sócio espacial é amplo, porque envolve as diferentes dimensões do espaço geográfico: social, político, econômico e cultural, principalmente. Movimentos sociais que têm o território como trunfo, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial, (FERNANDES apud CERQUEIRA; JESUS; JUNIOR, 2016, p. 1).

Sendo assim, o conceito de movimento social é amplo, pois envolve diferentes dimensões do espaço geográfico são as formas de organização dos movimentos societários. Nessa mesma perspectiva de organização de constituição do espaço com territórios estabelecidos os indivíduos expressam formas de resistência ativa e coletiva em defesa de seus interesses, a respeito disso vemos que:

O que chamei de resistência ativa implica dois requisitos: que seja coletiva, pois as resistências individuais não têm força para se contrapor ao poder dominante exercido pelo governo; que seja propositiva, isto é, capaz de apresentar alternativas às medidas do governo e de seus asseclas. Essa forma de resistência é indispensável como estratégia de luta por uma escola livre das ingerências privadas batizadas pelos interesses do mercado (SAVIANI e DUARTE 2021, p. 69).

A referida orientação acima também serve para orientar os povos tradicionais assentados das águas e das florestas, pois como defende Saviani e Duarte, se trata do desenvolvimento da consciência social dos trabalhadores da cidade e do campo como premissa para a ação política e ideológica eficaz que envolve dois aspectos, de preferência organicamente articulados entre si. Trata-se da educação, com destaque para a forma escolar, e da própria ação das massas organizadas. O pensamento dos autores, vai ao encontro de comunidades tradicionais que integram a Acorjuve que de forma coletiva exercem protagonismo de luta e resistência ativa no território.

Em seu estudo de Tese de doutoramento Portela (2017) faz uma discussão teórica a respeito do termo e definição de comunidades tradicionais se apoiando em Arruda (1999, p. 79-80, *apud* CAÑETE; CAÑETE, 2012, p. 10) que define as comunidades tradicionais como aquelas que:

apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável... Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

Consequentemente, há um forte vínculo do termo com as dinâmicas espaciais e o modo de produção de base comunitária, ocupação ao se referir a coletividade voltado para a economia de subsistências, organização social, dinâmica cultural com os territórios e utilização das tecnologias simples que não agride a natureza, pois esta é conexão cotidiana, costumes, etc. Assim, as atividades sustentáveis, as lutas e as existências estão intrinsecamente ligados a defesa, a apropriação das culturas produzidas e reproduzidas de gerações anteriores nos territórios.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Por meio de pesquisa qualitativa, elaborou-se um referencial teórico sobre Territórios e as territorialidades na Amazônia: lutas e resistências no território do PAE Juruti – Velho com consultas em livros, Teses, monografias, artigos científicos, revista e documentos relacionados ao tema investigado. Além disso, foram realizadas 10 entrevistas abertas com os membros da ACORJUVE relacionado ao Territórios e territorialidades na Amazônia: lutas e resistências no território do PAE JV. Escolheu-se o método qualitativo por “conceber o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados” (Marli André, 2013, p. 97).

Ressalte-se que todos os sujeitos entrevistados são membros da ACORJUVE o que reforça a qualidade das respostas e da pesquisa. O tema Territórios e territorialidades na Amazônia: lutas e resistências no território do PAE Juruti- Velho/PA engloba tipologias, o que exigiu uma amostra de conceito para responder à pergunta de pesquisa, analisando diversos pontos de vistas sobre a questão. Esta perspectiva de tipos de territórios garantiu a concretização da pesquisa.

De tal modo, com base numa perspectiva crítica geográfica, o referido estudo se efetivou por meio da Pesquisa de Campo que foi desenvolvida no período de 07 a 08 de janeiro de 2023, na comunidade rural Vila Muirapinima, Município de Juruti - Pará. A pesquisa ocorreu na Associação das Comunidades da Região de Juruti - Velho (ACORJUVE), Município de Juruti

- Pará. Assim, os sujeitos entrevistados são identificados neste artigo como 1º grupo o presidente; 2º grupo 3 diretores administrativos; 3º grupo 3 conselheiros fiscais; e 4º grupo 3 comunitários membros da ACORJUVE, os quais concordaram com suas verdadeiras identidades no trabalho e garantir as questões éticas inerente a pesquisa por meio do termo de Encaminhamento da Universidade do Estado do Amazonas Centro de Estudos Superiores de Parintins CESP-UEA.

Contudo, nem todos os sujeitos da pesquisa se encontravam na sede da Acorjuve no dia 07 de janeiro para a realização das entrevistas, pois se encontravam espalhado em atividades comunitárias. Assim, foi necessário o deslocamento da pesquisadora no dia 08 do referido mês para 3 (três) comunidades do território do PAE Juruti – Velho, cujo nomes são comunidades Capiranga, Comunidade Jauari, e Comunidade Pau-d’arco, onde possibilitou estar mais próximo do objeto de estudo e assim efetivar as entrevistas.

A seguir, apresentamos as falas dos comunitários lutadores do território que sem medo e enfrentando seus desafios compartilharam conosco suas lutas e resistências. Os nomes são verdadeiros, pois os sujeitos concordaram com a citação de seus nomes na escrita do trabalho de pesquisa. No item Resultado e discussão pode-se observar os nomes dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto geográfico da Acorjuve no território do PAE Juruti-Velho/PA

Nesta seção serão apresentadas as análises e discussões dos resultados por meio das categorias de análise Territórios e as territorialidades.

Dentre os objetivos que norteiam a pesquisa um deles está relacionado a investigar como se articulam as relações estabelecidas na organização, lutas e resistências entre comunitários(as) tradicionais ante a exploração minerária de bauxita em uma comunidade do território do PAE Juruti-Velho do Município de Juruti/PA. Para tanto, apresentamos a localização da Acorjuve.

Localização da ACORJUVE

A Associação das Comunidades da Região de Juruti-Velho (ACORJUVE), está localizada na Estrada do Pompom, s/n, Bairro do Alegre – CEP 68.170 – 000, na Vila Muirapinima-Juruti/PA. Inscrita no CNPJ 07 023 341/0001-21, foi fundada em 21 de março de 2004.

Figura 1: Sede da Acorjuve



Fonte: Kéurya Santarém, 2023.

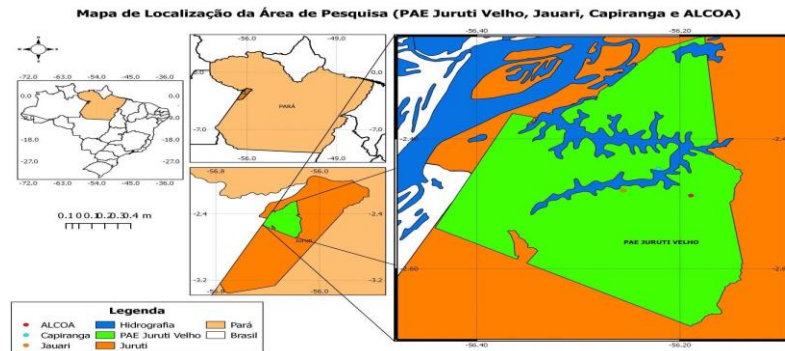
Em conformidade com o Estatuto Social da Acorjuve (2018), atualmente, integram o território do PAE Juruti Velho 65 (Sessenta e cinco) comunidades dentro de uma extensão territorial de 109.000 (cento e nove mil hectares de terra), com 4.552 (quatro mil quinhentos e cinquenta e dois) associados. São essas comunidades que ocupam e usam o território no dia a dia. Todas as comunidades pertencentes ao mencionado território e seus ocupantes, reconhecidos tradicionalmente, são assim denominados, no parágrafo 1º do referido Estatuto Social:

§ 1º Considera-se, para efeito deste Estatuto: a) tradicional o morador que ocupa e usa o território e seus recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição em atividades de baixo impacto ambiental, assim demonstrando interesses em manter ou recuperar o território que explora; b) permanente o morador que há mais de 05 (cinco) anos tem a posse da terra, nela trabalha em regime de produção familiar em qualquer ramo de atividade socioeconômica, tais como, agropecuária, extrativista, de artesanato, micro e pequeno comércio de bens e produtos, de vendas e serviços locais, com exploração direta e contínua; c) comunidade grupo de pessoas, com base primordial na entidade familiar, que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo, peculiaridades e identidade dos seus indivíduos para defesa dos seus próprios interesses, e que estão vinculados por certos interesses sociais comuns, com uma noção de território definida pela moradia e ocupação ocorrendo no mesmo espaço territorial onde o grupo se reproduz econômica e socialmente, podendo esses grupos, também, estarem baseados em núcleos; [...]. (ACORJUVE, 2018, p. 3).

Pode-se observar no estatuto social da Acorjuve, que a definição de tradicional vai ao encontro com os modos sobre como os comunitários ocupam e usam o território explorando seus recursos naturais de modo sustentável, construindo relações singulares com laços afetivos como condição de reprodução e produção da cultura, das relações sociopolíticas, das crenças, como continuidade da vida humana.

No mapa, abaixo consta a localização do objeto de pesquisa deste estudo, assim como a localização da cidade de Juruti, do território do PAE JV, das comunidades Jauari, Capiranga, pau-d'arco no PAE JV e do projeto minerário de bauxita da ALCOA.

Figura 2: Mapa de localização da área de estudo de pesquisa no território PAE JV



Fonte: Portela, 2017.

Acorjuve: expressão coletiva de lutas e resistências no enfrentamento ao avanço da atividade minerária no território.

O surgimento da organização social Acorjuve está estrategicamente articulada às problemáticas decorrentes da presença dos grandes projetos de empreendimento minerário espalhada na Amazônia brasileira especificamente no território do PAE Juruti - Velho recorrente dos contextos da história da Amazônia brasileira o que faz surgir o comparecimento de expressões de lutas e resistências, enfrentamento contínuo, ante uma das faces danosas do modo de produção capitalista. Dessa relação é possível captar as relações no modo de produção do uso dos territórios e as territorialidades num constante movimento histórico e contraditório, no momento que se passa dada conquistas e ganhos para os comunitários lutadores do território. Gerd Kohlhepp (2002) destaca que em 1966, foi iniciada uma nova fase dos programas de desenvolvimento do governo brasileiro para a exploração econômica da região amazônica. O foco do planejamento de desenvolvimento regional foi deslocado para a região relativamente isolada do norte do país. Observa-se nessa fase um rápido aumento de tensões sociais, conflitos sociais e novas terras na Amazônia foram colocadas à disposição de grupos de interesses. Segundo o autor, o modelo econômico desenvolvimentista regional na Amazônia teve seis fases principais: o Programa para a Integração Nacional (PIN) na primeira metade dos anos 1970, o Programa Polamazônia de 1974 a 1980, Programas de desenvolvimento rural integrados do início dos anos 1980, Mega-programas e projetos dos anos 1980, o Programa Piloto: uma nova

iniciativa do desenvolvimento regional sustentável e o Mega-Programa Avança Brasil. Entre essas fases destacamos o Programa Polamazônia de 1974 a 1980 e um dos objetivos centrais:

A exploração de recursos minerais foi um dos objetivos centrais dos programas de desenvolvimento da Amazônia. Muitas licenças de exploração de jazidas de grande extensão foram cedidas a empresas nacionais e internacionais. Depois que os minérios manganês e cassiterita começaram a ser explorados no Amapá e em Rondônia a partir de meados dos anos 1950 e 1960, as novas descobertas de enormes jazidas de minério de ferro na serra dos Carajás, de bauxita no rio Trombetas e também de ouro e diamantes revelaram a riqueza de recursos minerais da Amazônia, sendo iniciados grandes projetos na região, nos anos 1980 (GERD KOHLHEPP, 2002, P. 40).

O autor sintetiza parte do que as falas dos sujeitos da pesquisa de campo evidenciaram, quando narraram suas experiências desde a chegada da empresa Alcoa no território do PAE JV. A capacidade de articulação, de organização e cooperação comunitária são características singulares de povos tradicionais, momento este crucial para combater os grandes projetos governamentalista, ao mesmo tempo que os comunitários se veem obrigados a conviver com a mineradora, de um lado, por outro, se organizam em uma só unidade para lutar e resistir contra as diferentes limitações e restrições aos usos de seus próprios territórios que, tradicionalmente, foram apropriados e usado por gerações passadas, além do restrito uso de recursos naturais indispensáveis a subsistência humana.

[...] A Acorjuve foi criada com vários objetivos né, pra combater os grandes projetos que estavam chegando aqui no território no ano 2000. Antes da Acorjuve nós tinha uma associação chamada Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Muirapinima (Acoprums) era essa entidade que organizava as pessoas e fazia enfrentamento, mas ela tinha uma abrangência muito pequena porque era composta por doze membros né, que era só aqui na vila mesmo, mas era através da Acoprums que a gente fazia denúncias contra mineradora, contra madeireiros, contra sojeiros, contra grandes pescadores de fora que entravam aqui. (Gerdeonor Presidente da Acorjuve).

Pode-se inferir que a criação e organização da Acorjuve surge muito antes da presença da Alcoa no território do PAE JV. Contudo, é com a presença desse empreendimento minerário que esse movimento de luta e resistência ganha força, dimensão social e política objetivando ganhos e conquistas sob a efetivação de alguns direitos, nos limites dos embates com o modo de produção capitalista no território. Podemos citar de passagem a Participação nos Resultados da Lavra (PRL) que, até o presente momento, é repassado diretamente para a Acorjuve, a qual tem o poder legal de administrar com os demais comunitários. Esse ganho, entre outras conquistas, é fruto de uma resistência ativa advinda com a consolidação da Acorjuve enquanto sujeito

político e histórico. Processo este que tem como uma de suas matrizes o engajamento e a organização sociopolítica no território do PAE Juruti-Velho.

No capítulo sete, intitulado “Marxismo, Crise do Capitalismo Monopolista e Qualificação dos Trabalhadores”, do livro *Marxismo e educação debates contemporâneos*, Lombardi e Saviani (2021), afirmam que o capitalismo enquanto um modo de produção que expressa contradições inconciliáveis é alvo de discussões que apontam a sua ruptura ou continuidade, limites ou possibilidades, entre outras questões. Percebe-se tais contradições inconciliáveis na fala do presidente da Acorjuve um dos entrevistados e a forma de articulação para tentar enfrentar o choque do capitalismo.

Em 2000, quando a Alcoa chegou ela trouxe na sua mala 2 frases: “o desenvolvimento e o progresso chegando em Juruti”, e muita gente se animou né, no PAE, na região e no município de que existiria realmente um progresso e desenvolvimento igual pra todos. A Alcoa falava muito na sustentabilidade[...]. E nós começamos a visitar outras regiões como Maranhão, Poço de Caudas em Mina Gerais, Porto Trombetas, Barcarena, pra ver o que que essa mineradora faz nesses outros territórios né, e aqui em Oriximiná onde ela tem uma concessão com a VALE. Nós fomos visitar esses territórios pra poder a gente ter uma ideia do que seria uma mineradora num território como o nosso né, o que seria a sustentabilidade pregado por ela e quando a gente voltou nós viemos com uma ideia formada de que mineração não servia no nosso território[...] (Gerdeonor presidente da Acorjuve).

A respeito do desenvolvimento sustentável tão propagado pela Alcoa no território do PAE JV, e percebendo a magnitude dos problemas vivenciados pelo olhar comunitário noutros territórios podemos aferir a ausência desse valor na atividade minerária da Alcoa. Sobre esse entendimento corroboramos a ideia de José Eli da Veiga (2012, p. 1) que assim afirma:

[...] no final do século 18 havia a percepção de que a natureza era infinita [...]. É muito recente a consciência de que há um problema da humanidade com o ambiente. Isso só começou nos anos 1970, mais precisamente em 1972 com a Conferência de Estocolmo, na Suécia. A partir de então, emergiu outro ideal – ou valor – que é a sustentabilidade, e, se pudesse, escolheria a cor turquesa para representá-lo. É um equívoco imaginar que a cor da sustentabilidade é o verde.

De acordo com o autor, o grande problema ambiental da humanidade é o aquecimento global e só conseguimos suportá-lo minimamente devido aos sumidouros de CO₂, uma vez que os esforços para reduzir emissões não têm dado grandes resultados. Defende que o que mantém o clima em condições razoáveis são os processos naturais que chamamos de sumidouros, responsáveis pela absorção de gás carbônico – 60% estão nos oceanos e 40% são cobertura vegetal. Daí a importância das lutas e das resistências de comunidades tradicionais nas disputas e defesa de seus territórios no PAE JV, como uso de subsistência. Entretanto, lutar e resistir

ante a presença de um grande empreendimento minerário exigiu-se uma “resistência ativa” articuladamente com as massas comunitárias é o que se pode considerar nas falas de um dos sujeitos.

[...] Não é fácil um povo como nós aqui negociar com o grande capital, uma grande mineradora como a Alcoa né, e isso envolve um monte de coisas. Envolve discriminação por parte dos órgãos, por parte do grande projeto, envolve influencias e nós aqui do PAE JV estamos mostrando pro Brasil e pro mundo que é possível sim que gente como nós vivendo aqui administrar recurso[...]. Então já vamos pra 12 anos de negociação pra tentar receber um direito que a Lei diz que tem que pagar, mas pra você fazer esse direito valer você tem que enfrentar em vários sentidos: primeiro porque as próprias autoridades que deveriam dar apoio pra comunidades como as nossas não dão. E o que que eles dizem? Não, aquele povo não sabe administrar seu dinheiro, então vamos tirar deles, é nos que temos que fazer por eles, não eles fazer por eles. Então essa divergência entre a Acorjuve, a Alcoa e entidade religiosa, elas vêm existindo nesses 12 anos de mineração porque há vários interesses de todos esses órgãos, mais o maior interesse que deveria ser apoiado seria o das comunidades [...]. Essa indenização me refiro aos danos e prejuízos causados pela mineradora no PAE JV, né, e foi feito um estudo e esse recuso é um direito das famílias [...]. Em 2009, nós tivemos um grande ato, uma grande manifestação no território do PAE JV, mas antes desta data já tivemos uma em 1999, quando todo mundo dizia que o mundo ia acabar. Então se reunimos e no final do dia fizemos uma ação retendo várias jangadas de madeiras e aqui começou nossa luta de enfrentamento [...] Quando foi em 2009, ocorreu o Fórum Mundial em Belém, o mundo estava reunido em Belém, o Fórum Amazônico que ia acontecer, ai a gente reuniu e disse o seguinte: é agora que a gente tem que dizer pro mundo o que a mineradora está fazendo pra nossas comunidades. Então nós reunimos as comunidade e vamos ocupar a Alcoa e vamos fazer explodir isso dentro do Fórum de Belém e com essa ocupação o objetivo foi fazer o INCRA titular nossas terras; fazer a Alcoa pagar danos e prejuízos; renda pela participação da terra; participação nos resultados da lavra, então colocamos 1500 pessoas e fechamos a base da Alcoa, ocupamos a ferrovia, passamos 9 dias acampados e agente conseguiu, e conseguimos reunir em mesas de negociação o MPF, o MPE, INCRA, INTERPA, Prefeitura, o Presidente da Alcoa América Latina, todas as autoridades e fizemos uma negociação e cada um saiu com sua

responsabilidade, isso devido a Alcoa não ter nos ouvidos [...] (Gerdeonor presidente da Acorjuve).

Percebe-se na fala do sujeito o protagonismo histórico de comunidades tradicionais amazônicas nunca já mais alcançado em termo de mineração no Brasil e no mundo, marcado pelo poder econômico hegemônico e conflitos de interesses decorrente do modo de produção capitalista nos territórios amazônicos. Esse protagonismo se articula estrategicamente de forma coletiva, pois é o engajamento de uma consciência das massas que leva defender seus territórios.

Acorjuve: o processo de identidade construído coletivamente nas lutas e nas resistências no território

Vimos nas discussões anteriores sobre os debates geográficos que os movimentos sociais além de suas formas e organizações estão constituídos por espaços com territórios estabelecidos e muitas das vezes conflitantes Hauradou, (2022), Portela (2017), e que o conceito de movimento sócio espacial é amplo, porque envolve as diferentes dimensões do espaço geográfico: social, político, econômico e cultural, principalmente. Movimentos sociais que têm o território como trunfo, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial. A respeito da articulação na forma de organização no espaço e o processo de identidade forjado nas lutas individuais e coletivas foram obtidas as seguintes respostas:

[...] Com a chegada da mineradora aqui no território houve a necessidade de a gente transformar, ampliar a Acojum numa Associação coletiva pra poder combater os grandes projetos no território né, assim partimos da ideia de juntar as comunidades, as pessoas numa mesma Associação e caminhar juntos numa só unidade (Gerdeonor Presidente da Acorjuve).

[...] Se a gente não se organizasse, pra reivindicar nossos direitos, nós estaríamos aí a mercê do tempo e dos empreendimentos que sempre vem pra nus prejudicar né, a vida como um todo. [...] Foram feitas várias conversas né, teve pessoas que passou meses e meses andando nas comunidades [...] (Egiron diretor de conflitos agrário da Acorjuve).

[...] Sem essa organização que temos, que se chama Acojuve né, a gente se sente fraco, a gente não enfrenta sozinho o inimigo, mas se a gente estiver juntos com as comunidades fica mais fácil lutar e proteger aquilo que é nosso [...] (Janilce conselheira fiscal da comunidade Jauari).

Bem, as nossas relações construídas aqui no território como comunitários tradicionais posso dizer que antes da chegada da Alcoa era de tranquilidade. A gente tinha de tudo, você tinha a floresta como modo de subsistência, uma diversidade de plantas, que as comunidades usavam como remédios [...]. Então houve a necessidade de

organização das comunidades pra lutar e fazer a resistência contra o capitalismo [...] (Muirapinima comunitário da Vila muirapinima).

Pode-se inferir que na percepção dos comunitários a articulação e as relações na organização, lutas e resistências no território do PAE JV, vai de encontro com a chegada da Alcoa no território, havendo a necessidade de ampliar a organização em uma associação coletiva para combater os grandes projetos minerário que vai na contramão dos modos de vida dos comunitários em seus territórios. Conforme Dias e Ferrari (2013, p. 65) “A territorialidade é usada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados”. Desse modo, partir da ideia de juntar as comunidades em uma única associação coletiva, numa só unidade não é tarefa fácil, pois se trata da necessidade de se organizar um amplo e consistente movimento de resistência ativa contra o modo de produção capitalista extremamente danoso, destruidor dos laços afetivos e das relações tecidas em todas as dimensões da vida social e cultural no território, o que levou a própria ação das massas a se organizarem.

Os comunitários também responderam ao questionário de entrevista relacionado sobre como as relações na organização, lutas e resistências são mantidas entre si na defesa de garantia do direito a permanência nos seus territórios ante a exploração de minério de bauxita em grande escala no território do PAE JV, do Município de Juruti/PA. Os sujeitos destacaram:

[...] A gente entende que é somente através da luta, da união, do trabalho, da resistência é que aqueles que vem de fora principalmente as grandes empresas, como mineradora, madeireiros eles nos respeitem, respeito o nosso território. [...] Temos vários frutos conquistados, através das lutas como por exemplo, hoje temos a Participação nos Resultados da Lavra (PRL) que foi conquistado com muita luta [...]. (Odinelson diretor administrativo da Acorjuve).

[...] Os ganhos que gente conquistou e que a gente está lutando pra conquistar hoje traz um incentivo muito grande pra que o povo possa viver, se manter cada vez mais organizado, por exemplo o Repasse do Apoio a Unidade Familiar (RAUF) que hoje é dividido entre as famílias já é um incentivo muito grande para as famílias. Os trabalhos, as obras feitas pela Acorjuve nas comunidades, os gastos em doença, as ajudas e outras entidades e tantas, é a força maior da nossa coletividade [...]. (Evandro diretor administrativo da Acorjuve).

[...] A gente organiza as comunidades aqui dentro do PAE Juruti-Velho. A gente tem aí vários acordos de pesca firmado e acompanhado pela Acorjuve, criação de quelônios nas comunidades, recursos que são injetados pela Acorjuve. Já, a mineradora e seus acionistas ou seus gerentes nunca olharam pra isso e nunca tem e nunca vai ter um projeto da Alcoa voltado pra essa questão [...]. (Egiron diretor de conflitos agrário da Acorjuve).

[...] A luta de nossa entidade é em defesa do nosso território principalmente nós que somos reconhecidos como população tradicional e, se não tiver uma organização como a nossa que uni as comunidades pra lutar em defesa dos direitos das comunidades a gente nunca vai ter um êxito, no nosso território [...] (Marcio Conselheiro fiscal da Acorjuve).

[...] Manter a unidade do povo como organização pra defender o território não é uma tarefa fácil pra nós. Isso porque nós estamos lidando com o modo de produção capitalista que desde a chegada aqui usou de todas as formas para dividir as comunidades, causando divergências entre nós mesmos, tentando enfraquecer nossa luta. Mas a gente sabe que o nosso inimigo não é nós mesmo (Muirapinima comunitário da Vila Muirapinima).

Verificam-se em uma das falas o comunitário enfatizar que manter relações harmoniosa de boa convivência nas relações comunitária e defesa do direito e permanência no território não é tarefa fácil em tempos de capitalismo selvagem, demonstra o poder de cooptação da empresa Alcoa na tentativa de enfraquecer as lutas das comunidades, ou seja, o choque do capitalismo não destrói apenas as riquezas naturais, destrói também a riqueza humana amazônica.

Fernandes (2008) ao analisar as compras de enormes extensões de terras pelas transnacionais na América Latina, África e Ásia destaca a expansão do modelo de desenvolvimento baseado na produção de commodities em que movimentos camponeses e indígenas tem resistido a esta política devido à expansão dos territórios das transnacionais sobre seus territórios, causando grandes impactos e conflitualidades. Essa questão vai de encontro com o território do PAE JV em que vive essa expansão do modelo de desenvolvimento de produção capitalista baseado na produção commodities (minério de bauxita para produção de alumina) onde movimento de comunidades tradicionais tem resistido para garantir o direito de viver no território mantendo íntima relação com os seres ambientais (vegetais e animais). Foi o que aconteceu como já tratado anteriormente, em março de 2009, tempo este em que as 42 comunidades do território PAE JV ocuparam a base da Alcoa, fazendo enfrentamento, uma resistência ativa, ou seja, se organizaram de forma coletiva permanecendo ali nove dias e nove noites defendendo seus territórios.

Acorjuve disputando territórios para garantir existência a partir de suas identidades: ouvindo os comunitários e vivenciando impactos ambientais e socioculturais do choque do capitalismo

Outra questão pertinente referiu-se a analisar as percepções dos comunitários acerca das implicações para os modos de vida, a cultura, a própria sobrevivência ante

os modos de produção minerária na vida dos comunitários (as) no território do PAE JV do Município de Juruti/PA. E as respostas foram:

Bom, o primeiro impacto é social. A quantidade de pessoas que chegaram no território, o povo vivia numa tranquilidade como povo tradicional, hoje a gente percebe diferença, porque digamos um exemplo, os costumes que nós tínhamos de convivência mudou. Quando você não tinha por exemplo, farinha na sua casa, mas eu tinha o peixe, a gente fazia uma troca, hoje já não acontece [...] (Edinelson diretor administrativo da Acorjuve).

[...] O nosso Lago já não é o mesmo que era antes, hoje o nosso ar também não é mais o mesmo, a gente já respira mais poeira, temos dificuldades de caminhar nas nossas estradas no verão devido a quantidade de carros, caminhões, tratores que passam [...]. Aquele jeito mais tranquilo de andar nas comunidades também não há mais, tudo mudou [...] (Evandro diretor de meio ambiente da Acorjuve).

[...] Nós temos que investir nessas questões educacionais pra que a gente não possa perder essa cultura que nós tínhamos antes né! Que nós possamos viver realmente da pesca, da caça, ter um território como o PAE Juruti-Velho que tem a responsabilidade de cuidar [...]. Nossos filhos têm esse interesse de continuar usando o território como bem comum de todos. Então a responsabilidade nossa, de vocês como educadores que estão se formando é conseguir que a nossa tradicionalidade não se acabe que a gente continue vivendo aqui do mesmo jeito que a gente morava antes. [...] (Egiron diretor de conflitos agrário da Acorjuve).

[...] Se a Alcoa cumprisse à risca o que tá no papel com responsabilidade muitas coisas não tinham acontecido no nosso território porque nós temos aí praticamente quatro igarapés que estão destruídos pela mineradora. Eu acho que pra minimizar os impactos ela deve agir com responsabilidade e cumprir com aquilo que está assinado por ela nós documentos junto coma a nossa entidade que a gente exigiu pela nossa luta e também pelo outros órgãos ambientais por exemplo, temos o Plano de Recuperação de Área degradada (PRAD), temos o Termo de Compromisso (TC), mas ela não leva a sério esses documentos. Nós temos aí com certo tempo já de mineração e até hoje a mineradora ainda não nus apresentou assim uma área reflorestada com castanheiras já grande, com outras árvores nativas que a gente possa ver assim dizer bom, esse aqui é reflorestamento da Alcoa [...]. Pra gente é uma satisfação quando as pessoas nus procuram pra saber principalmente as pessoas que estão estudando na universidade levar esse conhecimento pra fora e mostrar assim que o nosso povo, que o nosso território tem lutado em defesa desses direitos e que os povos da Amazônia vão tá sempre lutando pra reivindicar aquilo que é seu, defender seu território [...] (Marcio conselheiro fiscal da Acorjuve Vila Muirapinima).

[...] A gente fala que a única coisa que nós tínhamos ainda de precioso era o nosso o rio não tá mais bom [...]. Não tem mais castanha, não tem madeira, não tem mais nada! A gente já tem escassez do peixe e de caça, mas o que mais falta pra gente é a castanha porque chegava o mês de março nós tinha março, abril, maio, junho, até julho, tinha até 5 meses de coleta de castanha, era muito dificultoso por que se carregava nas costas mais a única vantagem

era porque você trazia pronto eu tirei 5 latas de castanha tá pronto, não vamos fazer outra coisa senão conduzir pra beira[...] (Dílson Lazico conselheiro fiscal comunidade Caapiranga).

[...] Desde de quando a Alcoa chegou aqui no nosso território a gente já sabia que algumas consequências a gente ia ter principalmente com uma instalação de uma lagoa de rejeito bem próximo a margem do lago já é uma preocupação muito grande pra gente que mora aqui logo próximo do platô [...]. A gente perdeu a nossa riqueza natural como a castanha onde nós da comunidade coletávamos, pra tirar o sustento da família e a nossa comunidade é uma também que fica bem próxima a barreira de contenção da Alcoa, estamos vivendo com grade risco [...]. O primeiro desastre foi na cabeceira do Chain em 2011, e hoje a partir de 2020 se repetiu na nossa comunidade Jauari, então a mineradora não tomou providências e isso também tem muito a ver com a SEMA né, que faz a liberação lá do Estado que não vem ver quem é que mora próximo se tem alguém pra poder liberar né, uma mineradora que arranca tudo pra poder chegar até objetivo que ela quer, que é o minério. [...] (Alciberto comunitário da comunidade Jauari).

[...] Antes da mineradora a gente trabalhava despreocupados. Depois quando ela entrou em 95 pra cá, aí começou os impactos nas famílias que moravam na comunidade por causa dos primeiros poços feitos pra pesquisa no território. Já era risco para as pessoas caírem como aconteceu de um comunitário que caiu num desses poços [...] Quando eles começaram minerar, vimos que nós ia perder nossas florestas, as castanheiras, os cipós pra fazer paneiros, as palhas que nós usava né, as frutas, a caça tudo isso daí, nós já perdemos [...]. A gente não pode viver com ela como uma família, nem como irmão, porque a mineração e muitos que conhecem a situação dela, ela agrada né, pra depois quando tiver no lanço aí não tem como a gente pular e ela vem apertando devagar [...]. É muito barulho de máquina noite e dia. A gente não escuta o barulho da caça, o clarão da cidade na floresta é muito forte espanta a caça e o peixe. [...] (Maildo comunitário da comunidade Pau-d'arco).

Pra nós aqui da comunidade acabou até a nossa tradição. No nosso território, o mutirão fazia a roça, agora se você convida trabalhadores, no final do dia ele já quer o pagamento [...]. Nós sempre fomos acostumados a viver da floresta, viver pescando, caçando, colhendo da roça, criando animais. Chegava a época da coleta da castanha ah, que beleza! era prova disso o Sr. Raimundo Lobato ele vinha lá de Parintins negociar nossa castanha e assim sucessivamente outros que vinham pra cá pra dentro quando baixavam o barco vinha com o pavês no fundo com produto da floresta como castanha, breu, cipó, madeira daqui do território [...] (Dílson Lazico conselheiro fiscal comunidade Capiranga).

[...] A gente trabalhou aí no início cavando buraco manual, nesse tempo tinha 32m de profundidade, só a gente pensava assim, eu no meu pensamento, pensei que essa bauxita ia ser tirada só aquilo que se tirava ali, pensei que a terra não ia ser arrebetada, ainda caba era uma pesquisa. A gente trabalhava com muita alegria, no final do mês estava com o dinheiro na mão e ainda tinha aquele credito bauxiteiro né, mas eu não sabia a cova que a gente estava cavando, a cova pro futuro, preparamos as armadilhas pra nós mesmo, eles foram tão estratégicos de pegar nós do território pra fazer essa besteira. Fizemos de uma forma inconsciente, não sabia o tamanho da desgraça que viria depois, nós não sabíamos que isso mais tarde ia acontecer!

Olha como é o capitalismo, aproveitou da inconsciência das pessoas, porque a gente não sabia realmente do que se tratava, aquela coisa de tamanho magnitude que ia acontecer mais tarde [...]. A gente era homenageado o melhor poceiro. Quanto mais poço a gente cavava em tempo curto, você ganhava mais. Era por equipe, a gente ganhava bem melhor assim, era para estimular os trabalhadores. A gente ficava entusiasmado com valor que davam pra gente, olha já pensou...eu não contei essas minhas falas pra ninguém somente pra vocês, já veio alguns pesquisadores, mais não falei isso que estou falando pra vocês. A gente trabalhava sem roupa adequada, sem equipamentos, só mais tarde é que eles trouxeram [...]. (Dílson Lazico conselheiro fiscal da comunidade Capiranga).

Nas falas analisam-se os impactos diretos e indiretamente no modo de vida dos comunitários decorrente da atividade minerária extremamente donosa no território em que os comunitários são obrigados a conviver com restrições como ausência de tranquilidade, mudanças nas relações de trocas, mudanças nas relações de convivências e de vizinhança no território visto que o comunitário mencionou que o capitalismo mudou nossa forma de partilha.

Recorremos aos debates geográficos tecidas por Esposito e Saquet (2009) ao afirmarem que “a territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações”. Dessa feita, os comunitários convivem com insegurança nas comunidades, com perturbações, poluição diversas, além do medo e risco de conviver com oito bacias de rejeitos próximo das comunidades. Pode se afirmar ainda que o modo de produção capitalista e suas tecnologias além de ser extremamente danosa ao ambiente não destrói apenas as coisas físicas como as florestas, o solo e seus componentes, o rio, a diversidades de animais, ou seja, os seres ambientais da terra, mas sim, destrói os seres humanos, a cultura, os costumes, crença e valores de um povo, as relações e correlações construídas com os territórios e as territorialidade, as intimas relações tecidas com a natureza e com outro grupos como sujeitos humanos. E como nos afirmou Frigotto (apud Max, 2001, p. 6) [...] “Os filósofos se limitaram a estudar o mundo de diferentes maneiras; o que importa agora é transforma-lo”.

Portanto, é necessário que nós nos situamos na sociedade capitalista a qual todos estão inseridos para compreendermos seus modos de produção e buscarmos alternativas para superar essa sociedade, que ainda se mantém dominante e em expansão nos territórios amazônicos apesar dos evidentes sinais de se esgotar leva esse sistema buscar sobrevida na intensificação de suas formas constitutivas tendo por base a propriedade privada dos meios de produção e aferição de lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Territórios e as Territorialidades são produzidos em movimentos e a partir de uma combinação de vários elementos onde atores estabelecem relações sociais de conflitualidades exercendo poder de uns sobre os outros. Os territórios e as territorialidades de comunidades amazônicas, os modos de ocupação e os diferentes usos são produzidos, defendidos nas lutas e nas resistências pelos sujeitos e ao mesmo tempo que veem diante de seus territórios transformado pela empresa.

Daí o sentido deste trabalho de TCC, intitulado “*Territórios e territorialidades na Amazônia: lutas e resistências no território PAE Juruti Velho/PA*”, o qual discutiu a problemática dos territórios e a necessidade de apropriação dos conhecimentos dos debates geográficos a qual ocorre pelas dimensões conceituais dos teóricos de referência.

Para tal, percorremos um trajeto investigativo, apoiado em momento diversos de leituras teóricas as quais foram compartilhadas nas disciplinas do curso de Geografia, nas entrevistas e questionário realizada com os membros da Acorjuve sobre os territórios e as territorialidades em comunidades tradicionais para além do olhar do aparente e do oculto, pois, as relações e correlações tecidas nesses territórios são minerados e destruídos noite e dia pelo modo de produção capitalista.

Podemos dizer que o objetivo deste estudo foi atingido, considerando que as respostas quanto ao problema da pesquisa apontam para necessidade de a Acorjuve manter sua importante tarefa de luta e existência para continuar lutando e resistindo a todo tipo de exploração que venha na contramão dos direitos de viver produzindo os territórios e realizando suas formas de ocupação e bem-estar das comunidades.

Quanto as implicações para os modos de vida, a cultura, e sobrevivência decorrente dos modos de produção minerária na vida dos comunitários e comunitárias do Território do PAE Juruti Velho do Município de Juruti/Pará o estudo apontou que a Alcoa não cumpre com os documentos recomendados pelos órgãos ambientais e acordo com a Acorjuve como o Plano de Recuperação de Área degradada (PRAD), e o Termo de Compromisso (TC).

O impacto é social seguido do ambiental devido aumento de pessoas que vieram para a região com vinda da empresa e os comunitários são obrigados a conviver com restrições como ausência de tranquilidade, mudanças nas relações de trocas, mudanças nas relações de convivências e de vizinhança no território.

A perda da floresta provocado pelo avanço e concentração do capitalismo no território impactou diretamente no modo de subsistência e bem-estar das famílias, pois era de onde os comunitários coletavam castanha, madeira, a caça e dentre outros recursos que a floresta lhes servia e agora as comunidades passaram a conviver com o aumento da temperatura, poluição do ar e da água e com a ausência de pescado no lago.

Assim, considera-se primeiramente que para compreendermos os territórios e as territorialidades de comunidades tradicionais amazônicas exige que se compreenda a nova fase dos programas de desenvolvimento do governo brasileiro para a exploração econômica da região amazônica, em segundo, os territórios e as territorialidade são janelas para a compreensão da realidade em que vivem os indivíduos humanos e suas singularidades como produtores do espaço. Entretanto, se deve olhar para as comunidades tradicionais protagonistas nas lutas e nas resistências em seus territórios para ver como esses povos se organizam, e resistem para combater o projeto de mineração de bauxita em grande escala no território que vem alterando o modo de vidas das comunidades, o curso da natureza, a vida dos seres ambientais, restrições dos comunitários ao acesso no território e os riscos devido as bacias de rejeitos da Alcoa próximas de comunidades.

Portanto, há necessidade de comunidades tradicionais se manterem organizados numa “resistência ativa” para continuar enfrentando o avanço do capital minerário em detrimento das comunidades, das florestas, das águas, dos seres ambientais existentes no território, no entanto, é necessário que nós nos situemos na sociedade capitalista a qual todos estão inseridos para compreendermos seus modos de produção e buscarmos alternativas para superar essa sociedade que ainda se mantém dominante. A organização das comunidades representada pela Associação das Comunidades da Região de Juruti-Velho- ACORJUVE, representante legítima do território, nesse sentido, assume um papel soberano, por isso luta e resisti ante todo tipo de exploração que venha na contramão dos direitos e interesses dos trabalhadores (as) do território.

REFERÊNCIA

ACORJUVE. **Apreciação, discussão e deliberação sobre as propostas de revisão do Estatuto Social da Acorjuve.** Ata [...], Juruti Velho, PA, p. 1-15, 16 out. 2018.

DIAS, C. L. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**/Leila Cristina Dias, Maristela Ferrari (organizadoras). Florianópolis: Insular, 2013.

In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, M. B. **Sobre a tipologia de territórios**. Mirta, campesina paraguaia- Carumbey, São Pedro, Paraguai – 2008.

HAURADOU, G. R. **O avesso da saúde sob o véu minerário amazonida** / Gladson Rosas Hauradou, - 2022.

JOSÉ ELI DA VEIGA. “**A sustentabilidade é turquesa**”. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, 1012.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados 16 (45), 2002.

Marxismo e educação: debates contemporâneos/ José Claudinei Lombardi, Demerval Saviani (orgs.). – 3. ed. – Campinas, SP. Editora Autores Associados, 2021. Em educação e ensino na obra de Marx e Engels, de José C. Lombardi

MARLI, André. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEBA- Educação e contemporaneidade, Salvador v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://educa.org.br>. Acesso em: 14, jul., 2022.

PORTELA, E. M. **Mineração em Juruti: do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável?** /Everaldo Machado Portela. – Santarém, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França Editora ática. Serie Temas volume 29 Geografia e política. Título original: Pour une géovrafia du pouvoir. Copyright LITEC. Paris, 1993.

SAQUET, A. M. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**/ Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores)- 1. ed. – SP: Expressão Popular UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SOUZA, Lopes Marco. **Território e (des) desterritorialização**. Os conceitos fundamentais da pesquisa socio- espacial

SANTOS, M. S. A. **Tecendo a interdisciplinaridade na Amazônia**/Alem Silva Marinho dos Santos [et al.] (organizadoras). – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**/ Dermeval Saviani, Newton Duarte – 1. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2021.